

A vinda de agricultores boers

Por Domingos Arouca*

Logo após o seu regresso da visita que recentemente efectuou à República da África do Sul, o Presidente da República surpreendeu os moçambicanos com a estranha notícia de que viriam, ainda este ano, a Moçambique, agricultores sul-africanos, a quem seria concedido o direito de uso e aproveitamento de largas extensões de terra.

Antes de avançarmos com outras considerações sobre esta matéria, desde já asseveramos, com toda a veemência que discordamos de tal medida, em virtude de essa atitude prejudicar profundamente os legítimos interesses dos cidadãos moçambicanos.

Com efeito, o governo tem vindo a adoptar progressivamente uma política de entrega e distribuição da nossa terra por grupos estrangeiros, por períodos de tempo renováveis e tão longos que, na prática, se traduzem numa transferência definitiva e incondicional.

Nada temos, muito pelo contrário, contra a vinda de estrangeiros a Moçambique, desde que seja para trabalhar em sectores em que os moçambicanos não se mostrem ainda devidamente adestrados, em cuja listagem não incluímos, obviamente, a agricultura.

A luta pela Independência e pela democracia sempre significou para nós uma busca da legitimidade do povo moçambicano sobre os seus recursos.

A violência movida contra o povo, ao longo de séculos, não pode ser mitigada por estratégias políticas de circunstância e nem a ausência da violência poderá significar, para ninguém, a liberdade de, à revelia do povo, dar destino incerto e duvidoso a esses mesmos recursos.

A legitimidade de governação, conferida em sufrágio pelo povo, tem apenas como objectivo e pressuposto uma gestão eficiente e profícua da riqueza nacional, a sua distribuição equilibrada e, com maior acuidade, a sua preservação e valorização.

Este reiterar de princípios serve de base para analisar e chamar a atenção para as referidas atitudes que têm vindo a ser tomadas pelas nossas autoridades, no que concerne ao uso e aproveitamento da terra em Moçambique. Mas voltando ao historial de todo este infeliz processo.

Alguns meses decorridos sobre a tomada de posse do primeiro governo democraticamente eleito, entabularam-se conversações com um sector da população sul-africana — os boers — com vista à cedência de títulos de exploração de terras aráveis do Sul de Moçambique.

A imprensa moçambicana publicou, recentemente, sem desmentidos convincentes

por parte das autoridades governamentais, documentos oficiais que formalizam intenções de cedência de mais de oitenta por cento de terra arável moçambicana a interesses estrangeiros.

Já no decurso da guerra, as autoridades haviam cedido a multinacionais o direito de exploração de avultadas extensões de terra, como seja, por exemplo, na província de Cabo Delgado e de complexos agrícolas e auríferos de relevo, a Sul e Centro do País.

Por outro lado, estâncias turísticas e áreas de grande impacto ecológico do País estão a ser devastadas sem a mínima observância das regras de preservação de ecossistemas.

A essa devastação estão associadas algumas figuras do cenário político nacional, na qualidade de testas de ferro de não nacionais de duvidosa idoneidade.

Já deixei bem claro que não nos move qualquer fobia contra estrangeiros; nem tão pouco a vontade de eliminar o investimento externo, sobre os nossos mais expressivos recursos, tão necessário ele é.

Todavia, entendemos que os recursos nacionais constituem um património inalienável de todos os moçambicanos que ninguém tem o direito de negociar, muito menos de alienar à sua revelia.

Pontualmente, pretendemos:

a) Repudiar com energia a bizarra ideia de criação de colonatos boers em Moçambique;

b) Denunciar a política vigente de hipotecar os recursos nacionais ao estrangeiro para servir interesses pouco transparentes.

c) Chamar a atenção para o facto de que, tal como o Acordo de Nkomati, que não teve fins genuinamente pacíficos, mas sim, estratégico-militares, a cedência de terras a agricultores boers é também uma estratégia com objectivos inconfessáveis;

d) Alertar os moçambicanos para o facto de que a guerra recentemente terminada provocou milhares e milhares de deslocados e desmobilizados, pelo que toda e qualquer iniciativa que se relacione com a terra deverá ter como prioridade o reassentamento dessas populações e grupos.

e) Propor que se realize um debate público sobre a cedência de terra a agricultores boers.

Efectivamente, o governo sul-africano aprovou recentemente uma nova Lei de Terras, o que conduziu a uma redistribuição mais equitativa da terra fértil.

E porque os boers continuam a exigir as melhores terras, possivelmente, a melhor maneira que o governo sul-africano encontrou para se

ver livre deles foi conseguir que o governo da Frelimo lhes concedesse terras férteis em Moçambique, tendo em conta as boas relações que sempre existiram entre a Frelimo e o ANC.

O semanário sul-africano "WEEKLY MAIL & GUARDIAN", de 13 de Abril corrente, escreve na sua pág. 4 a notícia que a seguir transcrevemos:

"Oposição do Zaire Rejeita S.A. fazendeiros"

As tentativas dos fazendeiros afrikaner de se instalarem no Zaire foram recebidas com desencanto pela oposição à ditadura do país, que temem que os sul-africanos de extrema-direita tentem estabelecer uma pátria afrikaner ali e achem difícil resistir a intervirem na política do país. Um grupo do lobby Zairota, (FF) Freedom Flag for do Congo-Zaire que estabeleceu um ramo em Cape Town, este ano, está urgentemente a tentar um encontro com o governo sul-africano para impedir o Trek de Afrikaners no seu País.

O ditador do Zaire, Presidente Mobutu Sese Seko e o seu ministro da Agricultura, Wivine Nlandu, reuniram-se com uma delegação sul-africana em 31 de Março, em Kinshasa, para explorar a possibilidade de os fazendeiros afrikaners se instalarem no Zaire.

A delegação de sete membros liderada pelo "leader" da "Frente de Liberdade" e pelo chefe do Comité para a agricultura no parlamento, Constand Viljoen, também se encontraram com o ministro da Defesa do Zaire, Mavua Mudima, para discutirem as garantias de segurança do investimento para os fazendeiros sul-africanos.

A televisão estatal do Zaire difundiu, após a visita, que o investimento da África do Sul na agricultura do Zaire podia começar já em Junho.

A FF foi fundada em 1980 para fazer campanha internacional pela democracia no zaire e terminar com os 30 anos de regime de terror de Mobutu.

O Zaire, o 3º maior país de África e um dos mais ricos em recursos naturais, tem muito potencial agrícola, que tem permanecido por explorar devido à corrupção e caos administrativo.

"O nosso País não precisa dos afrikaners, visto que mais de 60% do nosso povo vive nas zonas rurais, mas não pode desenvolver-se por causa das políticas desinteressadas do governo em relação à agricultura", disse o instigador da Freedom Flag (FF), Jean Kalenga.

"As infra-estruturas ro-

doviárias, por exemplo, são tão más que os produtos agrícolas muitas vezes apodrecem no interior do país.

Aqueles sul-africanos que não querem viver sob o regime maioritário negro estão à procura de novos territórios para aplicar a sua maneira de viver racista. Eles deviam saber que 96% da população zairota é africana negra, tal como os seus contreráneos na África do Sul.

O presente acordo assinado com Mobutu será certamente reconsiderado, uma vez que o povo do Zaire tome o poder e se estabeleça um governo responsável.

Kalenga disse que a FF acredita que se os africanos tivessem permissão para se instalarem no Zaire, eles formariam coligações com os mercenários de Mobutu para assegurar que estes mantivessem a segurança do regime com quem fizeram o pacto de aluguer da terra. Os fazendeiros africanos fizeram excursões similares ao Congo e a Moçambique, onde ofereceram a sua experiência agrícola para ajudar o país a recuperar as destruições da guerra civil.

O porta-voz da Frente da Liberdade (Afrikaner), coronel Pfet Uys, disse que os fazendeiros afrikaners foram bem recebidos nos estados vizinhos.

"Olhando para a África do Sul, eles vêem um país próspero e querem um pouco disso".

A FF (Freedom Flag) pediu um encontro urgente a Raymond Suttner, presidente do Comité parlamentar para os Negócios Estrangeiros, mas não foi ainda fixada nenhuma data para discutir as suas objecções à instalação dos afrikaners no Zaire."

Como se verifica em outros países africanos, onde os agricultores sul-africanos solicitaram autorização para se instalarem, as oposições políticas, menos vulneráveis que os governos, estão a oferecer resistência a essa infiltração, pois vêem nela fins ocultos.

Só em Moçambique é que parece terem encontrado grandes facilidades para lançarem a sua semente de uma espécie já extinta na sua terra, mas que querem ressuscitar em terra alheia.

E já que estamos a falar de espécies bizarras, não é descabido lembrar que convergem para este país, neste momento, todos os drogados, racistas, gatunos de alto coturno, marginais e assassinos internacionais e afins, o que vem transformando este belo recanto do Índico num autêntico caixote de lixo.

No que se refere ao nosso panorama nacional, constata-se que antes de se agravar o êxodo das populações ru-

rais para as cidades e países vizinhos, por causa da insegurança gerada pela guerra civil, cerca de 75% da população activa vivia do trabalho agrícola.

Na indústria, trabalhavam 12,6% e nos serviços 7,85%. Estas percentagens mostram bem que, cultural e historicamente, a maior concentração da população activa se situa no campo.

Por outro lado, também se sabe que embora os recursos e potencialidades do nosso País, no domínio da agricultura, sejam bastante latos, estimando-se em cerca de 36 milhões de hectares a área de terra arável, apenas nove milhões se encontram presentemente bem aproveitados.

É verdadeiramente incrível que, na presente conjuntura sócio-política do nosso País, em que grandes aglomerados de populações, vindos originalmente das zonas rurais, milhões de regressados, deslocados e desmobilizados militares, necessitam de terra arável para cultivar e não a têm, o governo se dê ao luxo de distribuir vastas extensões da melhor terra moçambicana pelos estrangeiros, quando a devia distribuir por esses milhões de moçambicanos que constituem três quartos da nossa população, vivendo na situação de miséria absoluta e que são, de facto, os legítimos donos de toda esta terra.

O governo deveria distribuir primeiro a terra pelos cidadãos moçambicanos, apoiando-os técnica e financeiramente no desenvolvimento da agricultura e pecuária, sobretudo nos sectores de agricultura familiar e empresarial.

Só a terra excedentária é que deveria ser cedida aos estrangeiros, se tal fosse necessário.

A África do Sul é um país imenso com extensíssimas regiões agrícolas, onde o seu povo pode muito bem praticar com todas as facilidades e recursos a sua actividade agrícola.

Nem os boers precisam de sair da África do Sul para fazerem agricultura, nem Moçambique precisa da ajuda dos boers nesse domínio. O objectivo tem de ser outro. O nosso governo já entregou o comércio e a indústria a estrangeiros, estando agora a preparar-se para entregar também a agricultura.

No ano passado, o semanário SAVANA denunciou a concessão de milhões de hectares de terra arável a uma seita religiosa holandesa, que alega pretender criar, em Moçambique, "O PARAÍSO NA TERRA", obra que certamente se esqueceram de erigir na sua terra.

Afinal o que é que, no meio de todo este regabofe, de entregas e concessões, restará ainda para os moçambicanos?

Nada, nada, nada, absolutamente nada.

Tal como os normandos

que, no início da Idade Média, se espalharam e ocuparam as costas marítimas do Oceano Atlântico, Mar do Norte e Mediterrâneo, também os boers, hoje, ocupam e se espalham pelas costas do Índico, ocupando mesmo, sem permissão de ninguém, na maioria das vezes, as praias de Moçambique desde a Ponta do Ouro à baía de Pemba, passando pelo Bilene, Tofo e dezenas de outras, perante a incompreensível política de abdicação seguida pelo governo.

Chega-se ao cúmulo de alguns agentes de autoridade declararem à TVM que já avisaram os estrangeiros para saírem das zonas que ocupam, nas praias e em outros locais, mas que estes não acatam essas ordens.

A menos que esses agentes de autoridade tenham razões ocultas que os manietem, não se compreende a razão pela qual não requisitam a força pública para desalojar essa gente que se aproveita da nossa anarquia administrativa para esbulhar e destruir. Com efeito, continuamos a viver, hoje, em Moçambique, uma situação "anarco-surrealista" onde vigoram valores e princípios que não existem em mais países nenhum, nem sequer nas tão afamadas Repúblicas das Bananas.

Mas voltando à questão em apreço, merece a pena recordar que as tentativas de implantação dos boers em Moçambique não datam de hoje.

Na verdade, já os portugueses se mostraram bastante preocupados com os boers fundadores do Transvaal que procuravam uma saída para o mar, receando-se, já nessa altura, que tomassem Inhamitanga e a então Lourenço Marques, entre outras regiões.

Num artigo publicado num jornal de Lisboa em 1858, o articulista desancoselhava qualquer aproximação entre Moçambique e o Transvaal, excepto no plano comercial. Ainda em 1858, o governador de Lourenço Marques reconhecia a independência do Transvaal que, entretanto, Lisboa não ratificou, eles lá sabiam porquê...

É oportuno não esquecermos que pelo tratado de 19 de Julho de 1869, o Presidente PRETORIUS proclamava a anexação de Lourenço Marques.

Os governos e os regimes podem mudar, mas as estratégias e políticas expansionistas permanecem as mesmas, mormente quando se exercem sobre territórios fragilizados como o nosso.

Certamente que muita gente além de mim já sentiu e pressentiu tudo o que se está a passar e o que se está a preparar pela calada, mas os interesses próprios de uns e a fraqueza de outros ajudam a forjar esta tão triste situação.

Não se dirá de mim que não alertei em tempo.

E mais não disse. ■

* Presidente do partido FUMO/PCD